

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 19.486.977/0001-99

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“MAR” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações contábeis regulatórias acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia

A Mariana é controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos. A MAR atuará no segmento de transmissão de energia elétrica, na região Sudeste.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Companhia detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreenderá 02 subestações e aproximadamente 82 km de linha de transmissão, que ainda estão em fase de construção, na tensão de 500 kV. A Companhia receberá Receita Anual Permitida (RAP) reajustada pelo IPCA e correção a partir de julho de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia concentrou esforços na construção de linha de 82 km de extensão, conforme quadro a seguir:

Projetos de Linha – Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Previsão Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Itabirito II – Vespasiano II	Simples	500	82	N/A	Jun/2020	Mai/2044

(*) Em 25 de maio de 2020, a Companhia concluiu a energização total e aguarda a emissão do Termo de Liberação Definitivo-TLD para entrada em operação.

Projetos de Linha – Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão	Evolução Física até 31/12/2018	Investimento realizado até 31/12/2018	Evolução Física até 31/12/2019	Investimento realizado até 31/12/2019
Itabirito II – Vespasiano II	48,64%	R\$ 88.416	87,92%	R\$ 137.232

RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2019							
Linha de Transmissão	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	2022	2023	2024
MAR	-	53	15.307	16.699	16.699	16.699	16.699

(*) RAP realizada

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da MAR e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias de 31 de dezembro de 2019.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 pelo valor de R\$47 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Mariana Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mariana Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mariana Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Mariana Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Ativos			
Ativos circulantes			
Equivalentes de caixa	4	3	14
Títulos e valores mobiliários	5	8.406	2.839
Conta a receber de Concess. a Permissionárias		53	-
Impostos e contribuições sociais	6	318	271
Outras contas a receber		166	105
Total dos ativos circulantes		8.946	3.229
Ativos não circulantes			
Depósitos Judiciais		3.455	3.817
Imobilizado	7	115.177	67.490
Intangível	7	29.360	21.965
Total dos ativos não circulantes		147.992	93.272
Total dos ativos		156.938	96.501
Passivos			
Passivos circulantes			
Fornecedores	9	4.352	4.410
Impostos e contribuições sociais	6	1.318	212
Taxa Regulamentares		1	
Dividendos a pagar	8	806	4.350
Outras contas a pagar		207	122
Total dos passivos circulantes		6.684	9.094
Passivos não circulante			
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	10	4.126	4.163
Total dos passivo não circulante		4.126	4.163
Patrimônio líquido			
Capital social		147.000	87.416
Reserva de lucros		27.447	50.234
(Prejuízos) acumulados		(28.319)	(54.406)
Total do patrimônio líquido	11	146.128	83.244
Total dos passivos e do patrimônio líquido		156.938	96.501

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração do resultado para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais- R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilização do sistema de transmissão		53	-
Receita bruta		53	-
PIS e COFINS correntes		(2)	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(1)	-
Tributos e encargos		(3)	-
Receita Líquida	16	50	-
Pessoal	12	(63)	-
Serviços de terceiros		(460)	(947)
Outras despesas operacionais líquidas		(341)	(70)
Despesas operacionais		(864)	(1.017)
Resultado da atividade		(814)	(1.017)
Receitas financeiras		998	432
Despesas financeiras		(109)	(40)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		889	392
Resultado antes dos impostos e contribuições		75	(625)
Imposto de renda e contribuição social correntes (Prejuízo) do exercício	13	(319)	(128)
		<u>(244)</u>	<u>(753)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Prejuízo) do exercício	<u>(244)</u>	<u>(753)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(244)</u></u>	<u><u>(753)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo
Em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Recursos destinados a aumento de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11	25.384	139	1.884	39.041	(1.898)	64.550
Aumento de capital		62.032	-	-	(39.041)	-	22.991
(Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(753)	(753)
Destinações societárias do exercício:							
Reserva Legal		-	746	-	-	(746)	-
Reserva Especial		-	-	47.465	-	(47.465)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.544)	(3.544)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11	87.416	885	49.349	-	(54.406)	83.244
Retificação da destinação do resultado do exercício do ano anterior		-	-	3.544	-	-	3.544
Aumento de capital/integralização de capital		59.584	-	-	-	-	59.584
Resultado líquido do exercício		-	-	(244)	-	244	-
Compensação do prejuízo de exercício		-	-	(26.087)	-	26.087	-
Destinações societárias do exercício:							
(Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(244)	(244)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11	147.000	885	26.562	-	(28.319)	146.128

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) do exercício		(244)	(753)
Ajustes para:			
Provisões de contingências cíveis	10	317	442
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	319	128
Receitas Financeiras		(998)	(432)
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de clientes		(53)	-
Redução (aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		875	(47)
Redução nas outras contas a receber e depósitos judiciais		300	21
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		(58)	2.497
Aumento no saldo de taxas regulamentares		1	-
(Redução) aumento nas outras contas a pagar		(268)	17
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>191</u>	<u>1.873</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(135)</u>	<u>(64)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>56</u>	<u>1.809</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		(4.569)	(2.004)
(Adições) no imobilizado e intangível	7	<u>(55.082)</u>	<u>(22.797)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>(59.651)</u>	<u>(24.801)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	11	59.584	22.991
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>59.584</u>	<u>22.991</u>
(Redução) líquido nos equivalentes de caixa		<u>(11)</u>	<u>(1)</u>
Saldo inicial dos equivalentes de caixa	4	14	15
Saldo final dos equivalentes de caixa	4	<u>3</u>	<u>14</u>
(Redução) líquido nos equivalentes de caixa		<u>(11)</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Mariana Transmissora de Energia S.A. ("MAR" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Itabirito II - Vespasiano II de 500Kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2013, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 2 de maio de 2014, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 011/2014 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos, cuja previsão para início das operações é abril de 2020.

Embora haja expectativa de cumprimento do prazo informado à ANEEL para a entrada em operação comercial de Mariana, a Administração da Companhia encontra-se em tratativas junto à Agência buscando a revisão de determinadas condições contratuais relacionadas à Receita Anual Permitida ("RAP"), tendo como base os impactos decorrentes do atraso na emissão da Licença de Instalação ("LI") pelo órgão ambiental competente.

A Administração da Companhia possui baixa expectativa da ocorrência de penalidades decorrentes do atraso de entrega do empreendimento, pois entende que fatos não imputáveis à Mariana, passíveis de comprovação perante a ANEEL (atraso na emissão da licença de instalação), foi o fator preponderante para o descumprimento do cronograma de implantação das obras. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nesta data relacionada a este tema.

A MAR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 19 de junho de 2020.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 20.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem taxas bancárias, PIS e COFINS sobre receitas e multas e juros.

3.5 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado,

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (“impairment”) - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

3.7. Normas e interpretações novas e revisadas

Dado o não posicionamento da ANEEL quanto à adoção e convergência dos Pronunciamentos Técnicos CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, os eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias, sendo divulgados somente nas demonstrações financeiras societárias emitidas em 12 de março de 2020.

Norma emitida, mas ainda não vigente até a data das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações contábeis Regulatórias, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatória da Companhia.

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos	3	14

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado.

	31/12/2019	31/12/2018
Investimento em cotas de fundos – "Pampulha" – Ativo circulante	8.406	2.839
Taxa de rentabilidade anual acumulada	103,8% do CDI	102,65% do CDI

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Ativo Circulante</u>		
Imposto de Renda a compensar	168	150
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	116	87
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	34	34
	318	271
<u>Passivo Circulante</u>		
INSS, FGTS, ISS e ICMS	1.195	139
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	66	50
Outros	57	23

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018
	1.318	212

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Valor Bruto em 2018	Adições	Reclas-sificação	Valor Bruto em 2019	Adições Líquidas	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Ativo Imobilizado em Curso							
Transmissão							
Terrenos	1.355	36	(1.391)	-	(1.355)	-	1.355
Edificação	4	-	-	4	-	4	4
Máquinas e equipamentos	62.927	44.613	5.597	113.137	50.210	113.137	62.927
Veículo	2	-	-	2	-	2	2
Móveis e Utensílios	13	-	-	13	-	13	13
Adiantamento a Fornecedores (a)	3.189	3.038	(4.206)	2.021	(1.168)	2.021	3.189
Total do Ativo Imobilizado	67.490	47.687	-	115.177	47.687	115.177	67.490

(a) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de materiais e equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Intangível	Valor Bruto em 2018	Adições	Reclassi-ficação	Valor Bruto em 2019	Adições Líquidas	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Ativo Intangível em Curso							
Intangíveis em curso (a)	21.965	7.395	-	29.360	7.395	29.360	21.965
Total do Ativo Intangível	21.965	7.395	-	29.360	7.395	29.360	21.965

(a) Saldo pulverizado ainda não unitizado e composto por marcas e patentes, softwares, serviços prestados capitalizáveis, entre outros.

	Taxas anuais médias de depreciação	2019			2018
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em curso					
Transmissão - Custo histórico	-	144.537	-	144.537	89.455
Total do imobilizado e intangível		144.537	-	144.537	89.455

Composição das adições por tipo de gasto capitalizado	Material / equipamentos	outros	Total
Em Curso			
Terrenos	36	-	36
Máquinas e equipamentos	44.613	-	44.613
Adiantamentos a fornecedores		3.038	3.038
Intangíveis em curso		7.395	7.395
Total do imobilizado e intangível em curso	44.649	10.433	55.082

8. PARTES RELACIONADAS

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

I – Outras Contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
1	Reembolso de despesas - Taesa	1	-	-	-

A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

b) Passivo de despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP x Outras receitas - Serviços de "back-office" – Taesa	R\$ 27 Valor mensal	05/11/2019 a 05/11/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Contrato anuído através do Despacho ANEEL nº 2.977/2019.
<u>Transações com empresas ligadas</u>						
2	Contrato de compartilhamento de instalações - Cemig GT	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA	Não houve.	O pagamento do valor mensal será devido a partir do início da operação comercial.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
3	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Miracema (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.	Não houve.
4	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Janaúba (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
	Transações com controladores				
1	Serviços de "Back-office" – Taesa	26	25	319	306
	Transações com empresas ligadas				
2	CCI – CEMIG GT	-	-	7	-
3	Reembolso de despesas - Miracema	20	-	-	-
4	Reembolso de despesas - Janaúba	15	-	-	-
		61	25	326	306

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2018	Retificação da destinação do resultado (*)	31/12/2019
Dividendos a pagar à Taesa	4.350	(3.544)	806

(*) A AGO de 30 de abril de 2019 retificou a proposta de destinação do lucro de 2018, destinando o valor dos dividendos obrigatórios para Reserva Especial de Lucros, em virtude de a Companhia estar em fase de construção e não possuir recursos disponíveis para pagamento de dividendos.

9. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
I.G. Transmissão e Distribuição de Energia S/A	1.586	-
BRAMETAL S A	987	1.083
Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda	406	-
Cobra Brasil Serviços Comunicações e Energia S.A	-	2.647
Decio Freire e Advogados Associados	-	471
Outros	1.373	209
	4.352	4.410

O saldo refere-se basicamente aos compromissos assumidos para a construção da linha de transmissão.

10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo ações cíveis de servidão administrativa.

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reversões	31/12/2019
Cíveis	4.163	325	(354)	(8)	4.126

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado era de R\$147.000 representado por 147.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito era de R\$122.000 e o capital integralizado era de R\$87.416 representado por 122.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Data	Aprovação	Valor
10/04/2019	AGE	34.584
21/10/2019	AGE	25.000
		59.584

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76. Os valores correspondentes a essa reserva deverão ser distribuídos assim que a situação da Companhia financeira permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do lucro do exercício e lucros acumulados

	31/12/2019	31/12/2018 (*)
(Prejuízo) Lucro do exercício	(26.331)	14.922
Adoção inicial do CPC 47 – Lucros acumulados	-	36.833
	(26.331)	51.755
Reserva legal (5%)	-	(746)
Dividendos obrigatórios (25%)	-	(3.544)
Reserva especial	-	(47.465)
Compensação de prejuízos acumulados – Reserva especial	26.331	-

(*) A AGO de 30 de abril de 2019 ratificou a destinação do lucro de 2018, exceto o valor dos dividendos obrigatórios que foram destinados para Reserva Especial de Lucros, em virtude da Companhia estar em fase de construção e não possuir recursos disponíveis para pagamento de dividendos.

A destinação do lucro do exercício é feita com base no resultado societário da Companhia.

12. PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal	2019	2018
Remuneração	46	-
Outros benefícios	7	-
Encargos	10	-
	63	-

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social correntes	(319)	(128)

Correntes - calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta – Societário	31.370	31.370	41.026	41.026
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(31.317)	(31.317)	(41.026)	(41.026)
Base de Cálculo	53	53	-	-
Percentual	8%	12%	8%	12%
	4	6	-	-
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	998	998	432	432
Outras receitas financeiras	1	1	3	3
	999	999	435	435
Base de cálculo	1.003	1.005	435	435
Imposto de renda - 15%	(151)	-	(66)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(77)	-	(23)	-
Contribuição social - 9%	-	(91)	-	(39)
Total de despesa	(228)	(91)	(89)	(39)
Total de IRPJ e CSLL		(319)		(128)

14. COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Prêmio
D&O Responsabilidade civil de diretores e administradores	Zurich Seguros	19/09/2019 a 18/09/2020	15.000	-

Seguro garantia de fiel cumprimento

A Companhia contratou seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
13/2013	Junto Seguros S.A.	24/03/2019 a 30/03/2020	5.350

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

15.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

15.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Ativos financeiros</u>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	8.406	2.839
Custo amortizado:		
- Equivalentes de caixa	3	14
	8.409	2.853
<u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	4.352	4.410

15.4. Risco de mercado

15.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

15.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	31/12/2019	Cenário provável em 31/12/2020
CDI (a)	5,94%	2,25%

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 12 de junho de 2020 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2019	Efeito no LAIR - 2020- (redução) Provável
Títulos e valores mobiliários – CDI	8.406	(310)

15.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

15.6 Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

15.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

15.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	Hierarquia do valor justo
Ativos financeiros - Títulos e valores mobiliários	5	8.406	2.839	Nível 2

16. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2019	2018
Disponibilização do sistema de transmissão	53	-
Receita bruta	53	-
PIS e COFINS correntes	(2)	-
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D, TFSEE	(1)	-
Tributos e encargos	(3)	-
Receita Líquida	50	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Contratos para construção de linha de transmissão

I.G. Transmissão e Distribuição de Energia S/A - No dia 30 de maio de 2018, a MAR celebrou um contrato (em substituição aos contratos das empresas Heliâncora Engenharia e Construções Ltda, C.A.Z. Construções Ltda-ME e Organiza Negócios Ltda-EPP), cujo objeto é o fornecimento de todos os materiais de obra civil e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação da concessão Mariana, no valor de R\$41.900. O contrato teve início na data de assinatura e sua vigência será até cumprimento integral de todas as obrigações previstas a I.G. A MAR efetuou pagamentos durante o exercício de 2018 no montante de R\$2.574 e em 2019 R\$22.613. Em 31 de dezembro de 2019 possuía contas a pagar com esse fornecedor no montante de R\$1.586.

SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda - No dia 7 de agosto de 2017, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de cadeias de cabos condutores e para-raios e materiais de aterramento, no valor de R\$1.292, com vencimento em 28 de fevereiro de 2018. Houve aditivo do contrato no valor de R\$1.405, estendendo o prazo final para 31 de dezembro de 2019. A MAR não efetuou pagamentos durante o exercício de 2018 e efetuou pagamentos no montante de R\$1.461 em 2019 e em 31 de dezembro de 2019 não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor.

Brametal S.A. - No dia 27 de julho de 2015, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de torres metálicas treliçadas, no valor estimado de R\$13.650, com vencimento para 12 (doze) meses da assinatura do contrato, condicionado a emissão do TAS. No exercício de 2018 a MAR efetuou pagamento no montante R\$522 e efetuou pagamentos durante o exercício de 2019 no valor de R\$560. Em 31 de dezembro de 2019 possuía com esse fornecedor contas a pagar no valor de R\$530.

Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A – No dia 21 de novembro de 2018, a MAR celebrou um contrato, cujo objeto é o fornecimento de matérias e prestações de serviços necessários para ampliação, no setor de 500KV, das barras “A” e “B”, em regime de empreitada integral por preço global (Lump Sum Turnkey), no valor de R\$5.313.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais

Trecho	Licença de Instalação e operação nº	Data de emissão	Vencimento
Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de Capital

Data da aprovação	Órgão	Montante
06/01/2020	AGE	5.000
31/01/2020	AGE	5.500
16/03/2020	AGE	10.000
16/04/2020	AGE	7.000

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aprovação da destinação do resultado do exercício de 2019 – A AGO de 30 de abril de 2020 ratificou a destinação do resultado de 2019 descrito na nota explicativa nº 11 – Patrimônio Líquido.

Em 14 de maio de 2020 o Sr. Raul Lycurgo Leite e o Sr. Marcus Pereira Aucélio deixaram os cargos de diretores, que permanecem vagos.

Energização - Em 25 de maio de 2020, a Companhia concluiu a energização, que compreende a linha de transmissão de 500kV CS - Itabirito 2 - Vespasiano 2 com 82 km de extensão e duas subestações (SE 500 kV - Itabirito 2 e SE 500 kV - Vespasiano 2) e aguarda a emissão do Termo de Liberação Definitivo-TLD para entrada em operação.

COVID-19

Desde o início da crise decorrente da pandemia do COVID-19, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando série de medidas com vistas a preservação de seus colaboradores, bem como minimizar quaisquer impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. Dentre as ações aplicadas estão:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores e seus parentes sobre o novo Coronavírus;
- o Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial) – 100% dos escritórios em home office, desde 17/03/2020;
- o Desenvolvimento de uma página web para que os colaboradores, juntamente com seus parentes, reportem possíveis sintomas da doença e possam ser monitorados e orientados de perto pela Rede D'Or;
- o Cancelamento de viagens (exceto projetos em construção e atividades operacionais) e substituição por videoconferências;
- o Cancelamento de participação em eventos;
- o Vacinação contra a gripe influenza.
- o Criação e execução de plano de contingência para o Centro de Operação e Controle (COC-Taesa e COC-Backup)
- o Realização somente de intervenções com recursos locais.

Diante das ações adotadas e da evolução de nossas atividades, podemos afirmar que até a presente data não existe nenhum impacto relevante que possa comprometer financeiramente e economicamente a Companhia.

20. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativos circulantes							
Equivalentes de caixa		3	-	3	14	-	14
Títulos e valores mobiliários		8.406	-	8.406	2.839	-	2.839
Contas a receber de concess. e permissionárias		53	-	53	-	-	-
Impostos e contribuições sociais		318	-	318	271	-	271
Outras contas a receber		166	-	166	105	-	105
Total dos ativos circulantes		8.946	-	8.946	3.229	-	3.229
Ativos não circulantes							
Depósitos judiciais		3.455	-	3.455	3.817	-	3.817
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	185.328	185.328	-	154.011	154.011
Imobilizado	(iv)	115.177	(115.177)	-	67.490	(67.490)	-
Intangível	(iv)	29.360	(29.360)	-	21.965	(21.965)	-
Total dos ativos não		147.992	40.791	188.783	93.272	64.556	157.828
Total dos ativos		156.938	40.791	197.729	96.501	64.556	161.057

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivos							
Passivos circulantes							
Fornecedores		4.352	-	4.352	4.410	-	4.410
Impostos e contribuições sociais		1.318	-	1.318	212	-	212
Taxa Regulamentares		1	-	1	-	-	-
Dividendos a pagar		806	-	806	4.350	-	4.350
Outras contas a pagar		207	-	207	122	-	122
Total dos passivos circulantes		6.684	-	6.684	9.094	-	9.094
Passivos não circulantes							
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	5.708	5.708	-	4.645	4.645
Tributos diferidos	(iii)	-	6.764	6.764	-	5.505	5.505
Provisões para contingências		4.126	-	4.126	4.163	-	4.163
Total dos passivos não circulantes		4.126	12.472	16.598	4.163	10.150	14.313
Patrimônio líquido							
Capital social		147.000	-	147.000	87.416	-	87.416
Reserva de lucros		27.447	-	27.447	50.234	-	50.234
(Prejuízos) acumulados		(28.319)	28.319	-	(54.406)	54.406	-
Total do patrimônio líquido	(v)	146.128	28.319	174.447	83.244	54.406	137.650
Total dos passivos e do patrimônio		156.938	40.791	197.729	96.501	64.556	161.057

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota explicativa	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		53	(53)	-	-	-	-
Receita de construção		-	31.317	31.317	-	41.026	41.026
Outras receitas		-	53	53	-	-	-
Receita bruta	(vi)	53	31.317	31.370	-	41.026	41.026
PIS e COFINS correntes e diferidos		(2)	(1.259)	(1.261)	-	(1.385)	(1.385)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(1)	-	(1)	-	-	-
Tributos e encargos	(vii)	(3)	(1.259)	(1.262)	-	(1.385)	(1.385)
Receita operacional líquida		50	30.058	30.108	-	39.641	39.641
Material e outros custos de construção	(viii)	-	(55.082)	(55.082)	-	-	-
Custos operacionais		-	(55.082)	(55.082)	-	-	-
Pessoal		(63)	-	(63)	-	-	-
Serviços de terceiros		(460)	-	(460)	(947)	-	(947)
Outras despesas operacionais, líquidas		(341)	-	(341)	(70)	-	(70)
Despesas operacionais		(864)	-	(864)	(1.017)	-	(1.017)
Resultado da atividade		(814)	(25.024)	(25.838)	(1.017)	16.844	15.827
Receitas financeiras		998	-	998	432	-	432
Despesas financeiras		(109)	-	(109)	(40)	-	(40)
Receitas financeiras, líquidas		889	-	889	392	-	392
Resultado antes dos impostos e contribuições		75	(25.024)	(24.949)	(625)	16.844	16.219
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(319)	(1.063)	(1.382)	(128)	(1.169)	(1.297)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(x)	(244)	(26.087)	(26.331)	(753)	15.675	14.922

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. A receita da Companhia é classificada no seguinte grupo:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido societário	174.447	137.650
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(185.328)	(154.011)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	144.537	89.455
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	5.708	4.645
Tributos diferidos - PIS e COFINS (CPC 47)	6.764	5.505
Patrimônio líquido regulatório	146.128	83.244

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro (Prejuízo) do exercício

Conciliação do lucro (prejuízo) societário e regulatório	2019	2018
(Prejuízo) Lucro societário do exercício	(26.331)	14.922
Receita bruta (CPC 47)	(31.317)	(41.026)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	1.259	1.385
Custos operacionais - Materiais e outros custos de construção (CPC 47)	55.082	22.797
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	1.063	1.169
(Prejuízo) regulatório do exercício	(244)	(753)

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

* * * * *

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem denominação
Cargo vago	Diretor sem denominação
Cargo vago	Diretor sem denominação

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49